

Ajuste e inclusão social

from Brazil
ANTÔNIO CARLOS DE MEDEIROS*

No momento em que o Brasil articula um plano de salvação nacional, em sintonia com o FMI e com os demais países membros do G-22, é importante enfatizar que a solução da crise financeira global deve passar, também, pela implementação de políticas e medidas de inclusão social. A incorporação de novos contingentes populacionais ao mercado é tão importante quanto o ajuste fiscal e a regulamentação dos fluxos de capitais.

A crise global é, também, uma crise de realização. A riqueza financeira, por assim dizer, não se transforma em riqueza produtiva. Há um descompasso entre a existência de grandes fluxos de capitais e a ausência de investimentos produtivos. Só a ampliação dos mercados, principalmente nos países emergentes, pode contribuir para diminuir este desequilíbrio. Isto foi feito no Século XIX na Inglaterra, só que em outro contexto histórico-cultural. O Brasil, em particular, tem que ganhar mais terreno nas conquistas sociais recentes.

No Brasil pós-Real, milhões de famílias já saíram da pobreza e engrossaram o miolo da pirâmide social. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do IBGE, aproximadamente 17% das famílias antes definidas como pobres subiram na vida. Hoje, 22% das famílias brasileiras ganham mais de dez salários mínimos. Há apenas seis anos, apenas 10% das famílias ganhavam isso. Este processo precisa conti-

nuar no Brasil. E deve ser preocupação de outros países emergentes, pois é o que vai provocar o equilíbrio, a longo prazo, entre o sistema financeiro e o sistema produtivo.

Aqui, o redirecionamento dos fundos de pensão para a área produtiva, a ampliação da experiência dos bancos do povo, e a revisão do papel do BNDES são três medidas concretas que poderão ampliar o grau de inclusão social do nosso processo de desenvolvimento econômico. No que diz respeito aos fundos de pensão, o governo federal deve aprofundar políticas de revisão de seus portfólios. Eles precisam aumentar a participação dos investimentos produtivos nas suas carteiras de investimentos, ao mesmo tempo em que alargariam os seus horizontes regionais. Quanto à carteira de investimentos, é importante a recente focalização na indústria do entretenimento. Mas é preciso investir mais nos setores tradicionais, que estão crescendo com o advento do real, como é o caso do setor de alimentos e bebidas. Nesta mudança, é importante focalizar também outras regiões do país, para além do eixo Rio-São Paulo-Minas. Ao lado disto, é importante ampliar significativamente as experiências dos bancos do povo, dos fundos de aval das microempresas familiares.

Quanto ao papel do BNDES, seria recomendável que, ao lado da ênfase em infraestrutura e nas privatizações, agora no setor de saneamento, ele intensifique programas de financiamento da pequena e

média empresas. Só que dentro de uma ótica de cadeias produtivas e de inclusão social. Isto significaria investir mais nos setores de alimentos e bebidas, têxtil, moveleiro, habitacional, de transportes urbanos e de eletrodomésticos. Como é óbvio, quando ocorrem processos de inclusão social, estes são os setores que mais crescem, como já vem ocorrendo no Brasil.

Formas de inclusão social também podem ocorrer nas franjas dos processos estaduais e municipais de Reforma do Estado. Pode-se promover a descentralização da execução de certas funções governamentais, através do processo de terceirização e de estímulos ao desenvolvimento do chamado Terceiro Setor, onde há um campo enorme para ampliar as formas de inclusão social.

Todo o esforço que o Brasil já começou a fazer no campo do ajuste fiscal precisa, agora, ser acompanhado por iniciativas no campo da inclusão social e reforma política. Ajuste fiscal, inclusão social e reforma política precisam compor a agenda da salvação nacional, que o presidente da República deveria construir a partir de articulações com entidades da sociedade civil e numa ênfase primordial na dimensão regional da política brasileira. Só desta forma se poderá conferir legitimidade à agenda nacional.

*PhD em Ciência Política pela London School of Economics, presidente da Agência de Desenvolvimento do Espírito Santo.